



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **ÁGUAS BELAS - VARA ÚNICA**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **21.696-6/01**
APELANTE(S): **BANCO DO BRASIL S/A**
APELADO(S): **JOSÉ TAVARES NETO**
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - EMPRÉSTIMO - ANISTIA A MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS E PRODUTORES RURAIS RELATIVOS A DÉBITOS DECORRENTES DE CORREÇÃO MONETÁRIA (ART. 47, dos ADCT) - DEPÓSITO - RECUSA - PROCEDÊNCIA - APELO - JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE - DECISÃO TERMINATIVA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO AO ÔNUS DA PROVA QUE RECAI SOBRE O AUTOR E NÃO ENQUADRAMENTO DO EMBARGADO NAS CONDIÇÕES DO ART. 47, DOS ADCT - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - ACLARATÓRIOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

- Quanto ao ônus da prova, não há dúvida de que arguindo o banco réu e ora embargante fato impeditivo ou extintivo do direito do autor embargado, cabe àquele - o réu - provar a alegação (CPC, 333, II, do CPC);
- Ao alegar que o embargado autor não se enquadra nas condições estabelecidas pelo art. 47, I, §3º, IV, do ADCT, cabe ao banco embargante réu o ônus de provar tal assertiva;
- Precedentes do STJ.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração nº 21.696-6/01, tendo como Embargante o BANCO DO BRASIL S/A e Embargado JOSÉ TAVARES NETO, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração opostos, nos exatos termos do voto do Relator.

Recife,

11/12/2009

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

36
13
sp

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
COMARCA: ÁGUAS BELAS – VARA ÚNICA
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO Nº: 21.696-6/01
APELANTE(S): BANCO DO BRASIL S/A
APELADO(S): JOSÉ TAVARES NETO
RELATOR: Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

RELATÓRIO:

Insatisfeito com os termos da decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível interposta, o BANCO DO BRASIL S/A, opõe Embargos de Declaração sob o argumento da existência de omissão naquele *decisum*, visando à aplicação de efeitos modificativos (infringentes), bem assim prequestionar as matérias que pretende discutir em futuras razões recursais em Recursos Especial e Extraordinário (fls.02/03).

Segundo afirmação dos aclaratórios, incumbia ao consignante a prova de que houvera recusa por parte do bando embargante, na conformidade do que preceitua o art. 333, inciso I, do CPC.

Por outro lado, afirma do que o ora embargado não se enquadra nas condições estabelecidas pelo art. 47, I, §3º, IV, do ADCT, visto que o valor por ele financiado era muito superior ao limite estabelecido para o benefício, ou seja, muito superior a 5.000 (cinco mil) ORTN.

Pede o conhecimento e provimento dos embargos para a aplicação dos efeitos modificativos (infringentes).

É o importante a relatar.

Recife, 11/12/2005


Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **ÁGUAS BELAS – VARA ÚNICA**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **21.696-6/01**
APELANTE(S): **BANCO DO BRASIL S/A**
APELADO(S): **JOSÉ TAVARES NETO**
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

VOTO:

Tratou-se, na essência, de ação de consignação em pagamento proposta por JOSÉ TAVARES NETO contra o BANCO DO BRASIL S/A, tudo relativo ao empréstimo contraído no valor de CZ\$ 755.970,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta cruzeiros), com base no art. 47, inciso II, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/1988.

Julgado procedente o pedido consignatório e declarada quitada a obrigação, o BANCO DO BRASIL S/A ofertou apelação, sendo certo que, nesta instância, o recurso teve seu curso sequencial negado por meio de decisão terminativa de mérito, com base no art. 557, *caput*, do CPC.

Contra a decisão monocrática que negou trânsito ao apelo, o banco ingressou com os presentes Embargos de Declaração arguindo omissão quanto a dois pontos: a) ausência de prova por parte do embargado quanto à recusa no recebimento do crédito pelo banco (CPC, art. 333, I); e, b) que o embargado não se enquadra nas condições estabelecidas pelo art. 47, I, §3º, IV, do ADCT.

A insurgência não merece agasalho, eis que não há qualquer omissão da ser sanada, pois a decisão foi bastante esclarecedora em todos os pontos.

Quanto ao ônus da prova, não há dúvida de que arguindo o banco réu e ora embargante fato impeditivo ou extintivo do direito do autor embargado, cabe àquele – o réu – provar a alegação (CPC, 333, II, do CPC).

Em caso idêntico, veja-se o entendimento do STJ:

RECURSO ESPECIAL -1995/0036675-4
Relator: Ministro BARROS MONTEIRO
Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA
Data do Julgamento: 07/11/1995
Data da Publicação/Fonte: DJ 05/02/1996 p. 1403
Ementa

37
14
88

2



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

38
15
88

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ANISTIA CONSTITUCIONAL (ART. 47 DO ADCT). ONUS DA PROVA. ALEGAÇÃO PELO REU DE FATO IMPEDITIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. O ONUS DA PROVA INCUMBE A QUEM ALEGA O FATO. ARGUINDO O REU CIRCUNSTANCIA IMPEDITIVA OU EXTINTIVA DO DIREITO DO AUTOR, A ELE COMPETE PROVAR A ALEGAÇÃO (ART. 333, II, DO CPC).
RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

No tocante a alegação de que o embargado não se enquadra nas condições estabelecidas pelo art. 47, I, §3º, IV, do ADCT, o banco réu, também não se desvencilhou do ônus de provar tal assertiva, limitando-se a alardear o não preenchimento dos requisitos por parte do embargado, mas não carreou para o bojo dos autos qualquer prova nesse sentido.

Com esses argumentos, e não encontrando na decisão qualquer omissão a ser sanada, **rejeito** os embargos de declaração opostos.

É como voto.

Recife,

11/12/2009


Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator